

A RETOMADA ANAFÓRICA DO OBJETO DIRETO NO PORTUGUÊS DA ESCOLA

Alice Carla Marcelino Xavier (UFRN)
aliceufrn@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Partindo de uma perspectiva sociovariacionista (cf. LABOV, 2008; TARALLO, 2007), e considerando o estudo de gramática e norma (cf. FARACO, 2008; FRANCHI, 2001), apresentaremos, neste artigo, um estudo preliminar da retomada anafórica do objeto direto no português da escola de rede pública. Nossa análise observará as ocorrências de retomada do objeto direto nos contextos de texto narrativo escritos por alunos do 9º ano – última etapa do ensino fundamental II. O diagnóstico nos conduzirá a afirmação ou negação da hipótese de que o clítico acusativo, forma prescrita pela gramática normativa e tomada como parâmetro de avaliação, não é mais empregado na escrita, pois vem sendo apagado em detrimento do uso de outras variantes linguísticas, como a variante objeto nulo, por exemplo, que não é estudada nas aulas de língua portuguesa.

Estudos de Duarte e Ramos (a sair) e de Freire (2012) apresentam quatro categorias possíveis para retomada anafórica pelo objeto direto: o clítico, o pronome nominativo, o sintagma nominal e o objeto nulo. Esses estudiosos mostram, em suas pesquisas, que a preferência na modalidade oral¹ é pela variante nula; já na modalidade escrita², Freire (2012) apresenta que o clítico ainda continua sendo a variante mais utilizada. Nossa pesquisa vem contribuir com resultados anteriores sobre o estudo do clítico acusativo e as demais formas de referenciar o objeto direto no português brasileiro, mas não só, já que nosso objetivo maior, tendo em vista a escrita de alunos do 9º ano, é apresentar quais as formas de retomada do objeto direto utilizadas pelos alunos e fazer um diagnóstico, nesse sentido, da contribuição da escolarização para o ensino/aprendizagem da gramática do letrado. A partir do diagnóstico, propor uma intervenção pedagógica para o ensino de diferentes formas de retomadas do objeto direto em português. Defenderemos um tratamento dado às aulas de sintaxe que seja científico, no qual o aluno possa refletir sobre as diferentes possibilidades de relações e construções sintáticas e, principalmente, possa reconhecer o que cada uma delas denota e por quê. Na essência dessa pesquisa está a tentativa de iniciação de um ensino mais pautado na consciência da variação linguística (e nos respeito por ela) e menos pautado no ensino de gramática normativa.

Levando em consideração que este artigo é produto de parte inicial de uma pesquisa de dissertação, apresentaremos aqui apenas os resultados preliminares do diagnóstico, assim como apontaremos apenas possíveis implicações de um novo ensino de gramática.

2 CORPUS

Tomamos como *corpus* as produções textuais do tipo narrativo de alunos de rede pública a fim de buscar entender o tratamento que é dado ao ensino de gramática na aula de português, principalmente, no que concerne ao fenômeno gramatical objeto direto e as suas possibilidades de retomadas no texto escrito escolar. A opção pelos textos narrativos se deu por considerarmos essa tipologia textual a mais próxima da ordem de fala, ambiente no qual supomos que haveria maior ocorrência de retomadas anafóricas por objeto direto.

¹ Duarte e Ramos (a sair) analisaram a amostra da fala paulistana de pessoas com faixa etária de 22/23 anos, 34/46 anos e maiores de 46 com níveis de escolaridade do 1º, 2º e 3º graus e também um grupo de jovens com cinco informantes por célula, já Freire (2012) analisou dados de fala da amostra NURC-RJ.

² Textos de jornais do Rio de Janeiro e histórias em quadrinhos de gibis.

Analizamos 15 textos narrativos que relatam a história do filme *Narradores de Javé*³. Esse filme foi assistido no ambiente escolar e, logo em seguida, os textos foram produzidos pelos alunos.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA E A VARIAÇÃO

A sociolinguística variacionista, teoria cujo precursor é o linguística William Labov, toma o vernáculo como seu objeto de estudo principal. Segundo Tarallo (2007, p.19), o vernáculo é o mesmo que a língua falada, sendo, portanto “a enunciação e expressão de fatos, proposições, ideias (o que) sem a preocupação de como enunciá-los”. Nesse ambiente despreocupado de uso da língua nasce o “caos linguístico”. E a sociolinguística variacionista tem por objetivo sistematizar esse caos que seria

um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa [...] se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e coexistência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte. (TARALLO, 2007, p. 5)

Às mesmas maneiras de se dizer a mesma coisa se dá o nome de “variantes linguísticas” e a um conjunto formado por essas variantes se dá o nome de “Variável linguística”. Neste artigo, tomaremos como objeto de estudo a variável da retomada do objeto direto a partir das seguintes variantes: pronome nominativo⁴, pronome clítico⁵, SN anafórico e objeto nulo.

No cerne de toda essa discussão está a variação. É ela que move os moinhos quando o assunto é língua, pois a variação é intrínseca a qualquer língua natural.

A maioria dessas variações ocorre apenas uma vez e se extinguem tão rapidamente quanto surgem. No entanto, algumas são recorrentes e, numa segunda etapa, podem ser imitadas mais ou menos extensamente, e podem se difundir a ponto de formas novas entrarem em contraste com as formas mais antigas num amplo espectro de uso. (LABOV, 2008, p. 20)

3.2 A NORMA E A GRAMÁTICA

Na busca de entender a variação recorre-se ao estudo da norma, ao estudo da gramática. Porém, o que é mesmo norma? E o que é mesmo gramática?

Entendamos, inicialmente, o que é norma, para, em seguida, apresentarmos as duas normas linguísticas mais discutidas na academia, na escola e, ainda assim, confundidas e, talvez, tomadas até como sinônimos.

Para Faraco a norma se configura da seguinte forma:

³ Direção: Eliane Caffé; ano 2003. Filme brasileiro, do gênero drama, que trata do valor da escrita para um vilarejo chamado Javé.

⁴ Em estudos futuros que serão continuidade deste, pensamos em adotar o termo Pronome Forte para se referir ao pronome nominativo, por considerar que o termo pronome nominativo não é compatível com os diversos casos que esse mesmo pronome pode assumir dependendo da posição em que seja utilizado. Tendo em vista que já tratamos os pronomes Ela/Ela como variantes que assumem seus casos também na função acusativa e não só nominativa.

⁵ Consideraremos o termo Pronome Fraco para o pronome clítico, por esse está em oposição ao pronome forte e por ser a variante menos recorrente até então.

determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, o que é corriqueiro, usual. (FARACO, 2008, p.35)

Dessa forma, parte-se do princípio de que não existe uma única maneira corrente de falar a língua, nem de escrevê-la e chega-se à conclusão de que sendo assim também não existe apenas uma única norma. Cada variedade da língua possui sua norma, tem sua singular organização e está situada em um contexto social específico motivador. Diante do que foi apresentado como norma, partimos agora para a diferenciação do que seja norma culta e norma padrão, mesmo sabendo que sempre haverá discordâncias e restarão perguntas sem respostas sobre tal discussão, já que

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos. (FARACO, 2008, p.42)

Mesmo que hoje seja difícil classificar ou determinar quais expressões linguísticas fazem parte da norma culta brasileira, o que se sabe é que ela não é tão escarça na fala dos brasileiros, pelo menos não daqueles considerados letrados⁶. Pois se leva em consideração que a expressão norma culta

Deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita. (FARACO, 2008, p.54)

Como podemos ver na citação anterior, o termo norma culta se refere a um aspecto puramente linguístico, não sendo correto ser adotado como julgamento para outras dimensões sociais. Não dominar a norma culta não significa que o falante seja mais ou menos culto socialmente.

Nesse jogo de poder que o uso da língua impõe e na tentativa de homogeneização linguística, sempre se criaram instrumentos normativos, gramáticas e dicionários, que prescrevessem um padrão linguístico a ser seguido como modelo. Esses modelos assumem a face da norma padrão. E sobre norma-padrão, Faraco (2008, p. 73) esclarece que “não é propriamente uma variedade da língua, mas um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização”.

Como foi visto até então, norma padrão e norma culta não são, definitivamente, a mesma coisa. Aquela é uma abstração, esta é concreta. Aquela é idealizada, esta é realidade. E cada uma denota diferente carga social valorativa, “o importante é entender que tais valorações não são “naturais”, não são puramente linguísticas, mas resultam do modo como se constituem historicamente as relações entre os grupos sociais”. (FARACO, 2008, p.72)

E a gramática nisso tudo? Infelizmente, o conceito de gramática, ainda, mais difundido nas escolas continua sendo o de gramática normativa. Esse modelo de gramática é tomado como “o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores” (FANCHI,

⁶ O conceito de letrado é outro ponto que provoca questionamentos. Aqui, apontamos com letrado aquele indivíduo que tem ou teve contato com a língua escrita de forma mais constante.

2001, p. 16). E o que agrava a situação é que engolir as “verdades absolutas” da gramática normativa apresenta-se bem mais cômodo, apesar de ditatório, do que refletir sobre a complexidade da língua portuguesa.

Esse conceito de gramática normativa é apenas um em meio a tantos outros ainda pouco discutidos fora da academia. Ao falar de gramática, podemos estar nos referindo a um compêndio gramatical, a teorias gramaticais, a uma disciplina ou simplesmente às regras de significação da língua. Este último conceito é quase totalmente desconhecido em detrimento do primeiro conceito apresentado. Para este artigo, interessa-nos difundir o seguinte sentido gramatical: “por que e como as expressões das línguas naturais significam aquilo que significam?” (FANCHI, 2006, p. 53). Nessa perspectiva, o importante na descrição gramatical é “estudar a variedade de recursos sintáticos expressivos, colocados à disposição do falante ou do escritor para a construção do sentido. Repetindo: gramática é o estudo das condições linguísticas da significação” (FANCHI, 2006, p. 88).

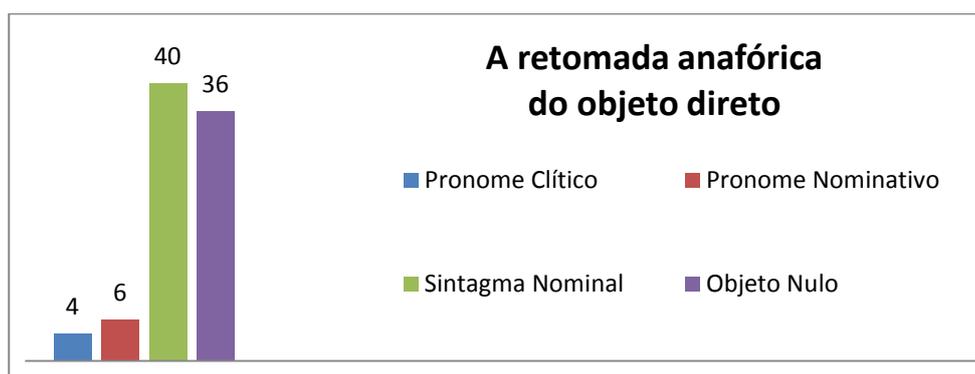
Para finalizarmos nossa discussão sobre gramática, aquela que ultrapassa o ensino da norma padrão, que preza por esclarecer “por que e como as expressões das línguas naturais significam aquilo que significam?”, faremos uso das palavras de Foltran e as reafirmamos aqui.

Ensinar gramática é operar com os conhecimentos que o falante tem de sua própria língua e torna-los explícitos. É levar à percepção de que, apesar de termos um número infinito de possibilidades de sentenças da língua, temos um número bastante reduzido de estruturas linguísticas. Levar ao conhecimento e descrição dessas estruturas é um trabalho instigante, além de ser um momento privilegiado para o desenvolvimento do pensamento científico (FOLTRAN, 2013, P. 175)

4 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE PRELIMINAR

Nesta seção, apresentaremos o diagnóstico preliminar quantitativo e qualitativo das primeiras narrativas coletadas para análise.

Quantitativamente, chegou-se ao seguinte total de ocorrências para cada variante de retomada do objeto direto:



Como podemos perceber na leitura feita do gráfico, a variante menos recorrente nos textos dos alunos, como já era esperado na hipótese deste artigo, é o pronome clítico. Com apenas 04 ocorrências, o pronome clítico - variante mais prestigiada socialmente e a única ensinada na escola – não tem surgido como estratégia habitual de retomada do objeto direto.

Mesmo que essa estratégia sintática tenha apresentado um baixo índice de ocorrência na escrita dos alunos dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, a sua baixa ocorrência aponta o fato de que essa é uma variante sim ensinada na escola, pois lhe cabe garantir, nas aulas de língua portuguesa, o estudo das diversas formas de estruturação e significação da

língua, isso inclui o ensino do clítico acusativo, já que, inicialmente não faz parte da língua vernácula do aluno. Ao mesmo tempo, esse baixo índice aponta também um ensino de gramática deficitário, no qual o aluno não é levado a acreditar na possibilidade de significação do pronome clítico acusativo e não o enxerga como um recurso vigente, buscando assim outras formas de realização do objeto direto anafórico.

Nos fragmentos encontrados, não só foram localizados o pronome acusativo de terceira pessoa -o/-a e -os/-as, como também as suas formas variantes - lo, - no. O que indica que o aluno tinha total domínio da regra de colocação pronominal, já que fez a contração correta para o caso de ênclise dos verbos terminados em - r e em - m. Nas quatro ocorrências, o referente dos pronomes clíticos foram todos +animados e não eram referentes distantes estruturalmente, o que sugere que na hora de retomar um referente próximo, a opção pelo clítico acusativo seja a mais viável. Em estudos posteriores, observaremos se as características de +animado e +próximo se manterão como definidores do uso do clítico.

Abaixo estão os 04 fragmentos das ocorrências do pronome clítico acusativo encontrados na análise do total de 15 narrativas na modalidade escrita.

Ex1: na primeira casa que ele foi, viu uma mulher e perguntou-lhe se seu pai estava em casa ela falou: - ta não: ele entrou e *a* beijou.

Ex2: mas a população descobre que se o Vilarejo tivesse uma história, poderia salva-*lo*.

Ex3: quando as pessoas souberam que Bia estava inventando historias expulsaram-*no* de lá

Ex4: os abtantes ficaram com raiva e foram atras de bia, quando encontraram-*no* bia falou:

A segunda forma menos recorrente de retomada do objeto direto foi o pronome nominativo, ocorrendo apenas 06 casos na análise em questão. Se observarmos as ocorrências encontradas, veremos que em todas elas o pronome nominativo retomou um constituinte com traço +animado. Na maioria dos casos, o pronome nominativo está se referindo ao personagem principal Antônio Biá e apenas em um caso, o pronome retoma outro personagem, dessa vez feminino. Nota-se também que essa variante ocorreu apenas com verbos agentivos.

Ex1: chamaram Bia para escreve o livro de jave ele também foi cateiro fala coisa que não era mintira o povo descobriu e mandou chama *ele*.

Ex2: ele antonio bia um mintirozo ai o povoado mandaro chamar *ele*

Ex3: ele foi na casa da mulher pra escultar o pai dela só que o pai dela não tava (...) então entrou ai começou a agarrar *ela*

Ex4: antonio bia não tinha escrevido nada nele ai dois homen pegaram *ele*

Ex5: Então o povo foi até a casa de bial e forsaram *ele* a escrever a historia.

Ex6: E quando Antônio biar estava dormindo os povos foram acordar *ele*

O objeto nulo foi a segunda variante mais utilizada nas narrativas dos alunos, ocorrendo 36 casos. Talvez isso se deva por essa variante não carregar um valor negativo, configurando-se como a melhor opção na hora de não errar na escolha entre o clítico, forma valorizada pela escola, e o pronome nominativo, forma estigmatizada. Como muitos estudos têm descrito, o objeto nulo se enquadra, hoje, no que consideramos norma culta do português brasileiro.

A seguir, alguns trechos retirados da análise, os quais apontam que a opção pelo objeto nulo se dá em um contexto de referente - animado. Essa variante além de retomar sintagmas nominais também retomou por diversas vezes referentes oracionais.

Ex1: Bia entrevistava as pessoas para saber as histórias passadas de javé mas ele não escrevia Ø, falava que iria escrever Ø depois mas não escreveu Ø.

Ex2: vamos escrever um livro mostrando o que já aconteceu de bom na quele vilarejo, mas quem, iria escrever Ø

Ex3: Antônio Biar escrevia cartas falsas e entregava Ø

Ex4: Antônio pediu para ele contar a história sobre javé, ele aceitou Ø e começou a contar Ø, falou sobre Indalécio, mais Antônio não escreveu Ø disse que depois escreveria Ø

Ex5: enviou Ø para todos os lugares que ele conhecia para salvar seu emprego no correio. acabou conseguindo Ø, mas as pessoas souberam Ø e ficaram revoltadas.

Por fim, apresentamos a forma mais recorrente de retomada do objeto direto: o sintagma nominal. Mesmo que o sintagma nominal não seja considerada a variante de prestígio, percebe-se a preferência, na escrita dos alunos, por essa forma de retomada do objeto direto anafórico, pois essa variante não provoca ambiguidades e faz com que o aluno sempre mantenha o referente por perto, podendo referenciá-lo novamente por outro sintagma nominal ou fazendo uso de outra variante.

Os textos que apresentaram altos índices de retomadas por sintagma nominal eram produções com sinais de grandes dificuldades de escrita, pois fazer uso de apenas uma estratégia de retomada significa que o aluno não tem ainda familiaridade com as outras variantes do objeto direto, fato que diminui a propriedade de articulação do texto escrito.

Ex1: as casa dele era muito pobre e não tinha segurança para eles que lutava comedo de perde *suas casa*

Ex2: os moradores reuniu todo mundo para ver Antônio Biau morrer na represa que o engenheiro construiu na cidade javer pois eles viu *Antônio Biau* entrando na água

Ex3: explicou que tinha que passa para a escrita as historia do povoado do vale de jave se não os engenheiros e a construí uma repreza ai entregaro o livro a ele ele ia em casa em casa escutar *as historias*

Ex4: vamos escrever um livro relatando a historia de javé, assim poderemos evitar a inundação. Só que ninguém sabia escrever ai tiveram que chamar Bia para escrever *o livro*

Ex5: certo dia os abtantes pediram para ver o livro, Bia mandou um menino entregar *o livro*, quando viram *o livro*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos um diagnóstico preliminar com relação às formas de retomadas do objeto direto na escrita de alunos dos 9º ano do ensino fundamental II. No entanto, buscamos por meio dessa pesquisa colaborar com ensino de língua reflexivo, principalmente, no qual se defenda o ensino de gramática de forma científica, no qual o aluno seja levado a refletir e atribuir sentido ao que ouve, fala e, mais ainda, escreve. Dessa forma, decidimos iniciar essa batalha linguística, munidos da sociolinguística variacionista e escolhemos começar pelas formas, já apresentadas aqui neste artigo, de retomada do objeto direto na modalidade escrita.

Os resultados mostraram, assim como estudos anteriores já tinham apontado, tendo em vista outros textos de natureza vária, que o clítico acusativo é uma variante que vem perdendo espaço. O seu nível de ocorrência foi o menor dentre as outras variantes. O pronome nominativo também não teve índice de ocorrência alto, talvez isso se dê pelo fato de ser a variante mais combatida na escola e fora dela. A nossa expectativa era de que a variante mais utilizada fosse o pronome nulo, já esse não carrega nenhum estereótipo. No entanto, a forma mais ocorrida foi o sintagma nominal, o que aponta a preocupação e necessidade do aluno em deixar claro o referente no texto. A forma clítica é uma estratégia que mantém o referente expresso, mas que ainda não se tornou familiar para o aluno.

Estudar gramática é justamente tornar familiar o que é estranho, significa estudar os acordos possíveis das regras da língua portuguesa e o que cada acordo sugere e implica. Fazer com que o aluno tenha consciência de categorias gramaticais como objeto direto - e o que ele pode retomar e de que maneira - faz parte do estudo língua e garante ao aluno a segurança linguística na hora de ler e escrever. É o estudo das partes a fim de garantir o todo linguístico. Quando o estudo da disciplina de língua portuguesa deixar de ser uma aula de “certo e errado” e passar a ser uma disciplina de pesquisa, de levantamentos de dados, de formulações de hipóteses, os alunos, talvez, conhecerão seu significado e com certeza se sentirão mais a vontade para estudá-la.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. RAMOS, Jânia Martins. *Uma fotografia sociolinguística da realização dos clíticos acusativo, dativo, e reflexivo e suas formas variantes na fala brasileira*. (A sair).

FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FOLTRAN, Maria José. Ensino de sintaxe: atando as pontas. In: MARTINS, M. A.(org.) *Gramática e ensino*. 1ed. Natal: EDUFRN, 2013. p.167- 185.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda; MÜLLER, Ana Lúcia. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

FREIRE, G. Clíticos acusativo e dativo no ensino de língua padrão. In: PALOMANES, R., BRAVIN, A. M. (Orgs.) *Práticas de ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2012. P. 91-110.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TARALLO, Fernando. *Pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.